

Como o próprio nome sugere, o primeiro momento de Getúlio Vargas no poder tinha como objetivo organizar a nação visando a formar uma Assembleia Constituinte que elaborasse uma nova Constituição (a Carta de 1891 havia sido anulada) para que, a partir daí, uma eleição presidencial fosse organizada no país. Essas ideias eram partilhadas, principalmente, pelos liberais constitucionalistas que haviam apoiado a Revolução de 1930.



Getúlio Vargas, no entanto, tinha outros planos para o Brasil, que eram a centralização do poder em sua figura, postura apoiada pelos tenentistas que defendiam a implantação de um modelo republicano autoritário. A ideia de Vargas era, a princípio, reformar todo o modelo político brasileiro, pois temia que as oligarquias tradicionais retomassem o poder, caso fossem convocadas novas eleições de imediato.

Sendo assim, uma das marcas do governo de Vargas, já manifestada no Governo Provisório, foram as medidas centralizadoras. Entre essas medidas centralizadoras, destacam-se: a dissolução do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas estaduais e municipais e a substituição dos governadores de Estado por interventores nomeados pelo próprio Vargas.

As ações de Vargas no sentido de retardar a elaboração de uma nova Constituição e a realização de uma nova eleição presidencial começaram a gerar fortes insatisfações entre a elite política, sobretudo no estado de São Paulo, a partir de 1932. Para conter essas insatisfações, foi promulgado, em fevereiro de 1932, um novo Código Eleitoral que possuía determinações consideradas bastante modernas para a época.

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

O decreto do novo Código Eleitoral teve uma repercussão muito modesta. A insatisfação dos paulistas com o governo era bastante evidente e, como forma de acalmar os paulistas, Vargas decretou, em março de 1932, a convocação de eleição

para formação de uma Assembleia Constituinte para 1933.

A nova ação de Vargas também não conseguiu manter os paulistas satisfeitos. Além de exigirem uma nova Constituição e uma nova eleição de imediato, os paulistas também estavam insatisfeitos com os interventores nomeados por Vargas para o estado. Eles exigiam que o interventor de São Paulo fosse um “paulista e civil”. Por fim, havia a questão do café: havia uma insatisfação pelo governo ter federalizado o controle da política do café com a criação do Conselho Nacional do Café, em maio de 1931.

Todos esses fatores contribuíram para fomentar um desejo de revolta com caráter separatista, em São Paulo. Isso levou ao que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932, iniciada em 9 de julho de 1932. Essa revolta transformou-se em uma guerra civil que se estendeu por dois meses.

Houve mobilização parcial da sociedade paulista, fábricas foram adaptadas para produção de equipamentos bélicos, joias foram arrecadadas entre a elite paulista com o objetivo de reverter os valores obtidos para compra de armamentos e soldados foram mobilizados em massa para a luta. Os paulistas, porém, lutaram sozinhos e não foram páreos para as forças do governo.

A rendição dos paulistas aconteceu, oficialmente, em 1º de outubro de 1932. Logo em seguida, Vargas: “prende os rebeldes, expulsou oficiais do Exército, cassou os direitos civis dos principais implicados no levante, despachou para o exílio as lideranças políticas e militares do estado, mandou reorganizar a Força Pública e reduzi-la ao status de órgão policial”.

Vargas também partiu para a negociação com os paulistas e nomeou Armando Salles para interventoria de São Paulo, assim como garantiu a realização da eleição para 1933 para que uma assembleia fosse formada e uma nova Constituição, redigida.

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

O Governo Provisório teve fim quando a nova Constituição foi aprovada e quando Vargas foi reeleito presidente em 1934. A nova Carta do Brasil foi elaborada por deputados eleitos na eleição de maio de 1933. A Constituinte formada com essa eleição realizou o debate e escreveu uma nova Constituição para o Brasil nos moldes da Constituição alemã da República de Weimar.

A Constituição de 1934 foi promulgada em 14 de julho de 1934 e ficou caracterizada por ser bastante moderna. Para insatisfação de Vargas, ela reduzia os poderes do Executivo e estipulava o mandato presidencial para quatro anos, sem possibilidade de reeleição. Um dia depois da promulgação, Getúlio Vargas foi reeleito presidente em votação indireta realizada na Assembleia Constituinte.

ATIVIDADES

➔ Responda em seu caderno as perguntas a seguir:

1. Qual era o objetivo inicial de Getúlio Vargas ao assumir o poder?
2. Quais eram os planos de Vargas para o Brasil, em contraste com o objetivo inicial?
3. Quais foram as medidas centralizadoras adotadas por Vargas?
4. Por que a elite política, especialmente em São Paulo, começou a se manifestar insatisfeita?
5. O que levou à eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932?
6. Quais foram as ações tomadas pelos paulistas durante a revolta?
7. Como a Revolução Constitucionalista de 1932 terminou e quais foram as consequências para os rebeldes?

DOBRE A FOLHA AO MEIO ➡
E COLE ESTE LADO EM SEU CADERNO